



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
ESTADO DE SÃO PAULO

## **PREGÃO ELETRÔNICO N° 90006/2025**

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHAÉM – UASG (928567)**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CADEIRAS ERGONÔMICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (ESTIMADO): R\$ 74.084,00**

**SIGILOSO: NÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3301/2025**

**SRP: NÃO**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

**MODELO DE DISPUTA: ABERTO**

**DATA DA SESSÃO: 12/12/2025**

**HORA INICIAL: 13h00min (Horário de Brasília)**



Baixe o aplicativo do compras.gov e apresente sua proposta!



Acesse o portal compras.gov e apresente sua proposta!



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**SUMÁRIO**

1. OBJETO .....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
8. DOS RECURSOS .....	18
9. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO .....	19
10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	20
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ECLARECIMENTO .....	23
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025

### PROCESSO Nº 3301/2025

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHAÉM**, por meio do(a) Pregoeiro designado pela Portaria nº. 106 de 22 de agosto de 2025, realizará Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei n.º 14.133/2021](#), [Lei Complementar Federal nº 123/06](#) e suas alterações, da [Resolução da Câmara Municipal de Itanhaém nº 511/2024](#) e demais normas aplicáveis.

#### 1. OBJETO

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de cadeiras ergonômicas para atender as necessidades da Câmara Municipal da Estância Balneária de Itanhaém, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** As especificações constam no Anexo I -Termo de Referência, parte constante deste edital.

**1.3.** Havendo divergências entre a descrição/Código CATMAT e o exposto no Termo de Referência, será considerado para fins de proposta a descrição constante no Termo de Referência anexado ao edital.

#### 2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**2.1.1.** O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

**2.1.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.3.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.4.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

- 2.6.5.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- 2.6.6.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.7.** agente público da Câmara Municipal de Itanhaém, ainda que indiretamente, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo;
- 2.6.8.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10.** declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 2.6.11.** enquadradas nas disposições do [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- 2.6.12.** aquelas que, por qualquer outra razão, foram sancionadas com impedimento de licitar e contratar com Poder Público do município de Itanhaém;
- 2.6.13.** pessoas jurídicas condenadas por improbidade administrativa, quando a sentença judicial impuser proibição de contratar com o Poder Público;
- 2.7.** A verificação de quaisquer situações relacionadas no item anterior pode ser realizada mediante consulta a portais na internet do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP), entre outros.
- 2.8.** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9.** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.10.** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (com duas casas decimais) ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

**3.6.** A falsidade das declarações de que tratam os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**3.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.11.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.12.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

**3.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**4.1.** O licitante **DEVERÁ** enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** valor unitário e total do item;

**4.1.2.** Quantidade cotada;

**4.1.3.** marca e modelo

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.8.1.** Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido adjudicada e/ou homologada, esta fica automaticamente prorrogada por idêntico período, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, encaminhada por e-mail para [pregoeiro@itanhaem.sp.leg.br](mailto:pregoeiro@itanhaem.sp.leg.br), caracterizando



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

seu declínio em continuar na licitação.

**4.9.** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

### ESTADO DE SÃO PAULO

**5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.](#)



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

**5.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**5.19.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.19.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.19.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.19.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.19.2.1.** empresas estabelecidas no Município de Itanhaém/SP;

**5.19.2.2.** empresas brasileiras;



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

- 5.19.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.](#)
- 5.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a critério da Administração, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme Anexo II - Modelo de Propostas de Preços, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.20.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.20.6.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.21.** O anexo da proposta de preços nos moldes do Anexo II - Modelo de Proposta de Preços deverá ser apresentada após a fase de negociação.
- 5.22.** A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- 5.22.1.** Preços expressos em Real (R\$), em algarismos, com apenas duas casas decimais, computados todos os demais custos, inclusive frete e demais encargos que incidam sobre o objeto.
- 5.22.1.1.** Havendo divergência entre os valores consignados na Proposta e os valores lançados no formulário no sistema, ofertados na etapa de lances ou negociados, prevalecerão estes últimos.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

**5.22.1.2.** Declarar expressamente que o preço total cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

**5.22.1.3.** Não será admitida cotação inferior à quantidade total prevista neste edital.

**5.22.1.4.** A ausência, na Proposta de Preços, de qualquer um dos itens constantes do Anexo I - Termo de Referência, referente ao item que a licitante estiver participando, ensejará em sua desclassificação.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** [SICAF](#);

**b)** Consulta a portais na internet do Tribunal de Contas da União, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, do Cadastro Nacional de Empresas Punitas, entre outros, respeitada a delimitação territorial do órgão prolator da decisão. (<https://certidores-apf.apps.tcu.gov.br/>); e

**c)** Consulta à relação de apenados com impedimento de Contratar/Licitar com a administração pública do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, respeitada a delimitação territorial do órgão prolator da decisão. (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>).

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo [12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

- 6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 6.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos
- 6.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1.** contiver vícios insanáveis;
  - 6.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 6.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
  - 6.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8.** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, inclusive quanto aos preços unitários.
- 6.8.1.** Poderá ser recusada a proposta de preços que apresentar valor unitário ou global superior ao apurado na pesquisa de preços realizada pelo órgão licitante.
- 6.8.2.** A proposta de preços que apresentar valor unitário superior ao apurado na pesquisa de preços realizada pelo órgão licitante, mas apresentar o valor global inferior a esta, somente poderá ser aceita com a apresentação de razões devidamente fundamentadas que embasem a apreciação do Pregoeiro.
- 6.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.12.** Para fins de análise da proposta vencedora, quanto ao cumprimento das especificações técnicas do objeto, poderá ser solicitado ao fornecedor a apresentação de documentação técnica complementar (Ex: folder, catálogo, prospecto, ficha técnica, etc).

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**7.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, previsto na forma e critérios de seleção do fornecedor, a serem exigidos para fins documentos de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor com a proposta vencedora.

**7.2.** A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.3.** É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

**7.4.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**7.5.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 01 (uma) hora, sob pena de inabilitação.

**7.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**7.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**7.8.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**7.9.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**7.10.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**7.11.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

**7.12.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**7.13.** Todos os documentos expedidos pela pessoa jurídica deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor

**7.14.** Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com número de CNPJ e respectivo endereço. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

- 7.15. Documentos de habilitação técnica serão aceitos em nome da matriz.
- 7.16. A comprovação da regularidade fiscal poderá ser efetuada pelo Pregoeiro, por meio de consulta ao SICAF, exclusivamente quanto aos documentos dele constantes que estejam dentro do prazo de validade, dispensada nova emissão.
- 7.17. Os documentos emitidos via internet, incluindo os constantes do SICAF, poderão ser objeto de diligência.
- 7.18. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados.
- 7.19. Os documentos exigidos para habilitação não poderão ser substituídos por protocolos que apenas configurem o seu requerimento.
- 7.20. A regularidade do SICAF é verificada automaticamente pelo sistema quando do credenciamento da licitante.
- 7.21. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.22. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registos tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.23. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.24. Verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.25. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido pelo Pregoeiro, prorrogável, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.26. A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.27. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência ([Lei 14.133/21, art. 64](#)), para :



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

**7.27.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.27.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.28.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.29.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

**7.30.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.31.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**7.32.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**7.33.** O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, diligenciar para esclarecer dúvidas em relação à documentação apresentada pela licitante.

## 8. DOS RECURSOS

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;
- 8.3.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 8.4.** Os recursos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida e deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.6.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.7.** A autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação enviada ao e-mail [pregoeiro@itanhaem.sp.leg.br](mailto:pregoeiro@itanhaem.sp.leg.br).

## 9. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.
- 9.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos.
- 9.3.** O termo de contrato deverá ser assinado pelo atual representante legal da adjudicatária (Diretor, Sócio da Pessoa Jurídica ou Procurado) mediante apresentação de instrumento de ato constitutivo, ata de eleição de diretoria, instrumento de procuração, entre outros que demonstrem poderes para tanto.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

**9.4.** O termo de contrato deverá ser assinado, preferencialmente com assinatura eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil no mesmo prazo indicado no item 9.2.

**9.5.** O envio da convocação para assinatura do termo de contrato será por meio eletrônico (e-mail), devendo a adjudicatária acusar o seu recebimento.

**9.6.** A critério da Administração, o prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**9.7.** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, nas condições propostas pela licitante vencedora, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação da penalidade prevista neste edital.

**9.7.1.** Em seguida, desde que observado o valor estimado e sua atualização, é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária.

**9.7.2.** Faculta-se, ainda, a convocação de demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de serviço em consequência de rescisão contratual, observado o item acima.

**9.8.** Na hipótese de convocação das licitantes classificadas remanescentes, deverão ser averiguadas as condições de habilitação destas.

**9.9.** Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pela CONTRATADA durante a vigência do contrato.

**9.10.** No momento da contratação, bem como nos casos de eventual prorrogação do ajuste, a CONTRATANTE deverá consultar os cadastros previstos nos itens 2.6.11 e 2.7, a fim de verificar eventual impedimento de contratar com a Administração Pública.

**9.11.** O contrato e seus aditamentos serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei nº 14.133/2021](#).

## 10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**10.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**10.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**10.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**10.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**10.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**10.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**10.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**10.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**10.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**10.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**10.1.5.** fraudar a licitação.

**10.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**10.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

**10.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**10.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**10.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**10.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**10.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**10.2.1.** Advertência.

**10.2.2.** Multa.

**10.2.3.** impedimento de licitar e contratar.

**10.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**10.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

**10.3.2.** as peculiaridades do caso concreto.

**10.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**10.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**10.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.4.** Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2. e 10.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

**10.5.** Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

**10.6.** A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**10.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**10.8.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**10.9.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2. e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta no município de Itanhaém, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**10.10.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2. e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**10.11.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.2, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Câmara Municipal de Itanhaém.

**10.12.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**10.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.15.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**10.16.** As demais multas relativas à execução contratual são as constantes do Anexo III – Minuta de Termo de Contrato.

## 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**11.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, observado o horário de expediente das 09h as 18h.

**11.2.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

**11.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser encaminhados ao e-mail: [pregoeiro@itanhaem.sp.leg.br](mailto:pregoeiro@itanhaem.sp.leg.br).

**11.3.1.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame

**11.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**11.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

- 12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10.** Fica assegurado à CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHAÉM o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulá-la, em caso de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 12.11.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 12.12.** O Foro para dirimir questões relativas ao presente certame será o da Comarca de Itanhaém-SP, com exclusão de qualquer outro.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

**12.13.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br> (PNCP) e no seguinte endereço eletrônico <https://www.itanhaem.sp.leg.br/licitacao>.

**12.14.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**12.14.1.** ANEXO I – Termo de Referência

**12.14.2.** ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

**12.14.3.** ANEXO III – Modelo de proposta de preços

**12.14.4.** ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Itanhaém, 01 de dezembro de 2025.

**Edinaldo dos Santos Barros**

*Presidente da Câmara Municipal de Estância Balneária de Itanhaém*



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de cadeiras ergonômicas para atender as necessidades da Câmara Municipal da Estância Balneária de Itanhaém, conforme especificações e quantidades detalhadas neste Termo de Referência.**

TEM	QUANT.	UNID.	CATMAT	DESCRIÇÃO
1	50	UN	207100	<p><b>CADEIRA DE ESCRITÓRIO ERGONÔMICA, COM BRAÇO 3D E ASSENTO DESLIZANTE, COR: PRETA.</b></p> <p><b>Descrição/Especificações Técnicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia total de no mínimo 12 (doze) meses (Defeitos de fabricação ou vícios ocultos durante o uso normal, mecanismos de ajuste, pistão a gás, base, rodízios e estrutura da cadeira);</li> <li>• Cor: 100% Preta;</li> <li>• Material do Revestimento (encosto e assento): Tela Mesh Premium;</li> <li>• Regulagem do encosto da cabeça: 2D - Altura e Inclinação Ajustáveis;</li> <li>• Com Sistema Relax;</li> <li>• Função Balanço: 10°;</li> <li>• Sistema de reclinação com trava em posição inclinada (4 posições);</li> <li>• Com Regulagem da Intensidade de Inclinação;</li> <li>• Ângulo Máximo de Reclinação: 128°;</li> <li>• Ajuste de Profundidade do Assento: Profundidade Ajustável em 5 cm (assento deslizante);</li> <li>• Tipo do Encosto:</li> </ul>



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

- Inteiro/Alto;**
- Ajuste de Altura do Encosto: Ajustável em 5 Posições, 5 cm;
  - Suporte Lombar: Suporte de Lombar 1D - Ajuste de Altura;
  - Revestimento do Apoio de Braço: Soft Ergo;
  - Sistema de Ajuste dos Braços: 3D - Altura, Profundidade e Rotação Ajustáveis;
  - Pistão: Pistão à Gás Classe 4 TÜV LGA BIFMA;
  - Material da Base: Aço ou Nylon (plástico reforçado);
  - Material das Rodas: Nylon 60mm Especial, Antirisco;
  - Peso Suportado: capacidade de 130 a 150 kg;
  - Desmontada e de Fácil Montagem;
  - Altura máxima do apoio de braços ao assento: 26 cm;
  - Altura mínima do apoio de braços ao assento: 19 cm;
  - Largura do apoio de braços: 10 cm;
  - Comprimento do braço: 24 cm;
  - Espessura do estofamento do apoio de braços: 1 cm;
  - Altura do Encosto: Mínima: 60 cm - Máxima: 65 cm + 19 cm do apoio de cabeça;
  - Largura Superior do Encosto: 35 cm;
  - Largura Inferior do encosto: 45 cm;
  - Largura do encosto na altura do apoio de braço: 44 cm;
  - Altura mínima do



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

				<p><b>assento em relação ao solo: 52 cm;</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Altura máxima do assento em relação ao solo: 60 cm;</b></li> <li>• <b>Largura do assento: 52 cm;</b></li> <li>• <b>Profundidade do assento: 50 cm;</b></li> <li>• <b>Comprimento do Raio da Base: 36 cm;</b></li> <li>• <b>Certificações:</b> Os equipamentos devem possuir as certificações necessárias que atestem sua qualidade e segurança, conforme as normas técnicas brasileiras e internacionais aplicáveis, em conformidade com NR-17 e normas da ABNT para mobiliário corporativo.</li> </ul>
--	--	--	--	--

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação tem por finalidade adquirir cadeiras ergonômicas para uso nos setores administrativos deste órgão público, de modo a assegurar condições adequadas de trabalho aos servidores e colaboradores que desempenham suas atividades em estações de trabalho computadorizadas.

2.2. Atualmente, verificou-se que grande parte das cadeiras em uso encontra-se desgastada, com estrutura comprometida, ausência de regulagens mínimas, estofamento deteriorado e mecanismos de ajuste inoperantes, prejudicando a postura, o conforto e a segurança dos usuários. A utilização de mobiliário inadequado tem gerado aumento de queixas relacionadas a dores musculoesqueléticas, fadiga postural, desconforto e riscos de acidentes, refletindo negativamente na produtividade e na qualidade do serviço público prestado.

2.3. A aquisição se fundamenta no cumprimento das diretrizes da Norma Regulamentadora NR-17, que estabelece parâmetros ergonômicos para garantir condições de trabalho adequadas, evitando riscos ocupacionais e promovendo a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. A atual situação do mobiliário em diversos setores demonstra não



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

conformidade com os requisitos da NR-17, especialmente quanto à possibilidade de ajuste do assento, apoio lombar, encosto, braços e adequação às características antropométricas dos usuários.

2.4. Além disso, inspeções internas e manifestações formais dos setores demandantes evidenciaram a necessidade de substituição urgente do mobiliário, tendo em vista o aumento de solicitações de manutenção corretiva e o desgaste natural decorrente do uso contínuo. A manutenção das cadeiras antigas também tem se mostrado financeiramente inviável, considerando o custo elevado de reparos e a baixa durabilidade resultante.

2.5. A contratação é igualmente necessária para promover:

- A melhoria das condições de trabalho, reduzindo desconfortos e prevenindo doenças ocupacionais;
- A eficiência administrativa, pois mobiliário adequado contribui para maior produtividade;
- A segurança física dos servidores, reduzindo o risco de acidentes;
- A padronização dos ambientes de trabalho, adequando-os aos padrões ergonômicos e às boas práticas de saúde ocupacional;
- A economicidade, visto que a aquisição planejada evita gastos recorrentes com reparos e substituições emergenciais.

2.6. Diante do exposto, esta contratação se justifica pela necessidade de garantir ambientes de trabalho confortáveis, seguros e tecnicamente adequados, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da Administração Pública. A aquisição das cadeiras ergonômicas visa atender plenamente às demandas institucionais, contribuindo para a melhoria das condições laborais e a eficiência do serviço público.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de cadeiras ergonômicas destinadas ao uso nos ambientes administrativos deste órgão público, com o objetivo de proporcionar adequadas condições de conforto, segurança e ergonomia aos servidores que desempenham suas atividades em postos de trabalho computadorizados. As cadeiras a serem adquiridas deverão atender aos requisitos estabelecidos na Norma Regulamentadora NR-17, garantindo conformidade ergonômica e adaptação às características antropométricas dos usuários.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

3.2. A solução contempla o fornecimento de cadeiras ergonômicas novas, de primeira qualidade, com mecanismos de ajuste e características técnicas que possibilitem adequada postura, apoio lombar, estabilidade e conforto durante o uso prolongado. O objeto desta contratação deverá atender, de forma integral, às especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, assegurando durabilidade, resistência e desempenho compatíveis com as atividades exercidas pelos servidores.

3.3. As cadeiras ergonômicas deverão apresentar, no mínimo:

- Regulagem de altura do assento por pistão a gás;
- Encosto com ajuste de inclinação e apoio lombar;
- Assento anatômico com estrutura resistente e revestido em tecido mesh premium (tela) de alta performance,
- Braços com regulagem de Altura, Profundidade e Rotação Ajustáveis;
- Mecanismo de reclinação com ajuste de tensão e trava;
- Base com cinco rodízios resistentes e de fácil movimentação;
- Revestimento durável, de fácil limpeza e adequado ao uso administrativo;
- Estrutura fabricada em materiais de alta resistência e longa vida útil.

3.4. A solução prevê, ainda:

- Entrega dos itens novos, embalados e com manual de instruções sobre regulagens e ajustes;
- Garantia mínima definida no Termo de Referência;
- Assistência técnica e disponibilidade de peças de reposição durante o prazo de garantia;
- Atendimento às normas técnicas e legais vigentes aplicáveis ao mobiliário ofertado.

3.5. A aquisição possibilita a substituição de mobiliário desgastado e inadequado, contribuindo para a prevenção de problemas osteomusculares, a redução de afastamentos, o aumento da produtividade e a promoção do bem-estar dos usuários. Além disso, proporciona a padronização dos ambientes de trabalho, garantindo maior eficiência na gestão dos equipamentos e racionalização dos recursos públicos.

3.6. Dessa forma, a solução apresentada atende às necessidades identificadas, garantindo o fornecimento de cadeiras ergonômicas adequadas ao uso prolongado em ambiente administrativo, com foco na saúde, conforto e desempenho dos servidores.

3.7. A solução visa garantir conforto térmico, eficiência energética e adequadas condições ambientais nos espaços de trabalho, atendendo às especificações técnicas, normas de segurança e requisitos de desempenho. Esta solução abrange:



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

3.7.1. ITEM 1 – CADEIRA DE ESCRITÓRIO ERGONÔMICA, COM BRAÇO 3D E ASSENTO DESLIZANTE, COR: PRETA.

### 3.7.1.1. Descrição/Especificações Técnicas:

- Garantia total de no mínimo 12 (doze) meses (Defeitos de fabricação ou vícios ocultos durante o uso normal, mecanismos de ajuste, pistão a gás, base, rodízios e estrutura da cadeira);
- Cor: 100% Preta;
- Material do Revestimento (encosto e assento): Tela Mesh Premium;
- Regulagem do encosto da cabeça: 2D - Altura e Inclinação Ajustáveis;
- Com Sistema Relax;
- Função Balanço: 10°;
- Sistema de reclinação com trava em posição inclinada (4 posições);
- Com Regulagem da Intensidade de Inclinação;
- Ângulo Máximo de Reclinação: 128°;
- Ajuste de Profundidade do Assento: Profundidade Ajustável em 5 cm (assento deslizante);
- Tipo do Encosto: Inteiro/Alto;
- Ajuste de Altura do Encosto: Ajustável em 5 Posições, 5 cm;
- Suporte Lombar: Suporte de Lombar 1D - Ajuste de Altura;
- Revestimento do Apoio de Braço: Soft Ergo;
- Sistema de Ajuste dos Braços: 3D - Altura, Profundidade e Rotação Ajustáveis;
- Pistão: Pistão à Gás Classe 4 TÜV LGA BIFMA;
- Material da Base: Aço ou Nylon (plástico reforçado);
- Material das Rodas: Nylon 60mm Especial, Anti-risco;
- Peso Suportado: capacidade de 130 a 150 kg;
- Desmontada e de Fácil Montagem;
- Altura máxima do apoio de braços ao assento: 26 cm;
- Altura mínima do apoio de braços ao assento: 19 cm;
- Largura do apoio de braços: 10 cm;
- Comprimento do braço: 24 cm;
- Espessura do estofamento do apoio de braços: 1 cm;
- Altura do Encosto: Mínima: 60 cm - Máxima: 65 cm + 19 cm do apoio de cabeça;
- Largura Superior do Encosto: 35 cm;



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

- Largura Inferior do encosto: 45 cm;
- Largura do encosto na altura do apoio de braço: 44 cm;
- Altura mínima do assento em relação ao solo: 52 cm;
- Altura máxima do assento em relação ao solo: 60 cm;
- Largura do assento: 52 cm;
- Profundidade do assento: 50 cm;
- Comprimento do Raio da Base: 36 cm;
- Certificações: Os equipamentos devem possuir as certificações necessárias que atestem sua qualidade e segurança, conforme as normas técnicas brasileiras e internacionais aplicáveis, em conformidade com NR-17 e normas da ABNT para mobiliário corporativo.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação visam assegurar que as cadeiras ergonômicas a serem adquiridas atendam plenamente às necessidades funcionais do órgão público, garantindo segurança, conforto, durabilidade e conformidade às normas técnicas vigentes, além de assegurar economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos. Assim, estabelecem-se os seguintes requisitos:

#### 4.1.1. Requisitos Gerais

4.1.1.1. A cadeira ergonômica deverá ser nova, de primeira qualidade, sem uso anterior, defeitos ou avarias;

4.1.1.2. O produto deverá ser fornecido completo, incluindo todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento.

4.1.1.2.1. Deverá ser entregue acompanhada de manual de montagem em português;

4.1.1.3. A cadeira deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo;

4.1.1.4. A empresa contratada será responsável pelo transporte e entrega;

#### 4.1.2. Requisitos Técnicos Obrigatórios

4.1.2.1. As cadeiras deverão atender às condições mínimas estabelecidas pela NR-17



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

(Ergonomia), especialmente o Anexo II, e pelas normas ABNT NBR 13962 e ABNT NBR 15878.

### 4.1.2.1.1. Assento

- Ajuste de altura por pistão a gás;
- Borda frontal arredondada (efeito “waterfall”);
- Revestimento do encostos e assento em tecido mesh premium (tela) de alta performance, garantindo ventilação, conforto térmico, durabilidade e adequada distribuição de peso,
- Largura mínima: 52 cm;
- Profundidade mínima: 50 cm.

### 4.1.2.1.2. Encosto

- Ajuste de altura ou sistema de regulagem de contato permanente;
- Apoio lombar anatômico;
- Altura Mínima: 60 cm - Máxima: 65 cm + 19 cm do apoio de cabeça;
- Revestimento compatível com o assento.

### 4.1.2.1.3. Base e Estrutura

- Base giratória com 5 (cinco) raios, em aço ou nylon reforçado;
- Rodízios duplos adequados para piso cerâmico (anti-risco);
- Pistão a gás certificado.

### 4.1.2.1.4. Braços (apoios de antebraco)

- Sistema de Ajuste dos Braços: 3D - Altura, Profundidade e Rotação Ajustáveis;
- Superfície macia, de bordas arredondadas;
- Estrutura robusta e resistente.

### 4.1.2.1.5. Capacidade de Carga

- Suporte mínimo de 130 kg.

### 4.1.3. Requisitos de Conformidade Normativa

4.1.3.1. A cadeira deverá cumprir integralmente a NR-17, especialmente quanto aos requisitos de mobiliário para postos de trabalho administrativos;

4.1.3.2. Deverá estar de acordo com as normas da ABNT aplicáveis ao mobiliário corporativo;

4.1.3.3. O fornecedor deverá apresentar declaração de conformidade e/ou certificação do fabricante.

### 4.1.4. Requisitos de Qualidade e Garantia



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

4.1.4.1. A contratada deverá prestar assistência técnica, incluindo manutenção corretiva durante o período de garantia;

4.1.4.2. Defeitos recorrentes ou vícios de fabricação deverão resultar em substituição imediata da cadeira;

4.1.4.3. A garantia deve cobrir defeitos em estruturas, pistão, rodízios, braço, espuma e revestimentos em tela mesh.

### 4.1.5. Requisitos de Entrega e Logística

4.1.5.1. A entrega deverá ocorrer no endereço indicado pelo órgão, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência e no contrato;

4.1.5.2. Os produtos deverão ser entregues identificados, acompanhados de nota fiscal e termo de garantia;

4.1.5.3. A contratada deverá retirar e substituir itens danificados no transporte sem ônus adicional.

### 4.1.6. Requisitos de Sustentabilidade

4.1.6.1. Preferência por materiais recicláveis, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

4.1.6.2. Embalagens devem ser reduzidas e, preferencialmente, recicláveis.

### 4.1.7. Requisitos Administrativos

4.1.7.1. O fornecedor deverá cumprir integralmente a legislação vigente e as exigências deste Termo de Referência;

4.1.7.2. O descumprimento dos requisitos poderá resultar em rejeição do material, aplicação de penalidades e outras medidas previstas na Lei nº 14.133/2021.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O Fornecedor deverá entregar o item solicitado em até 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Fornecimento com a nota de empenho, nas quantidades nele especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela Contratada e acatado pela Contratante, sem nenhum custo adicional.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

5.2. A entrega do item deve ser feita nos horários normais de expediente, de segunda a sexta feira, das 09h00 às 17h00, na sede da Câmara Municipal de Itanhaém, situada na Rua João Mariano Ferreira, nº 229, Bairro Vila São Paulo, Itanhaém/SP. Caberá à Contratada o descarregamento e alocação dos produtos no local indicado pelo fiscal de contrato que os receberá.

5.3. A Contratante não aceitará ou receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes neste instrumento ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.

5.4. Serão recusados os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste instrumento.

5.5. O Código de Defesa do Consumidor veda o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.6. Todas as despesas relativas à execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva da Contratada. 5.7. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

5.7.1. Ofício;

5.7.2. E-mail;

5.7.3. Mensagem de texto via WhatsApp.

5.8. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Contratante a tais documentos.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Câmara Municipal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de fiscalização do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhá o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao Departamento de Finanças e Contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os objetos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 7 (sete) dias úteis, pelo



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

fiscal do contrato, mediante termo de recebimento provisório, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.1.1. O prazo da disposição acima será contado da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal.

7.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto.

7.3. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 15 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contratos, após a verificação da qualidade, quantidade e exigências contratuais para consequente aceitação mediante termo de recebimento definitivo

7.6. O Gestor de Contratos após o recebimento definitivo enviará a documentação pertinente ao Departamento de Finanças e Contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

execução do contrato.

**Da liquidação**

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

7.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o Departamento Finanças e Contabilidade deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobreposta até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. O Gestor de contrato da administração deverá:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação fiscal.

### Do prazo de pagamento

7.20. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias da emissão do termo de recebimento definitivo.

7.21. Na circunstância da Contratada não executar o objeto da contratação dentro do tempo de solução sem a devida justificativa e a Contratante prorrogar o prazo para fins de estipular uma data máxima de execução, sem prejuízo das penalidades cabíveis, o pagamento nesta circunstância ainda ficará suspenso.

7.22. No caso de correção da nota fiscal, dados bancários ou outros documentos associados à liquidação do objeto pela Contratada após o prazo estipulado para pagamento, este será efetuado após 5 (cinco) dias úteis da data de suas apresentações.

7.23. A contagem do prazo para pagamento considerará dias úteis e terá início e encerramento em dias de expediente da Câmara Municipal de Itanhaém.

7.24. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário ou da Câmara, o pagamento ocorrerá até o primeiro dia útil imediatamente posterior por meio de depósito bancário ou anterior através de boleto.

### Da forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

legislação vigente.

7.29. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.30. Qualquer erro ou omissão na nota fiscal, dados bancários ou outros documentos associados à liquidação do objeto, enquanto não solucionados, ensejará a suspensão do pagamento.

7.31. A empresa será obrigada a reter tributos na nota fiscal, caso exigido pela legislação vigente.

7.32. Havendo atraso nos pagamentos não decorrentes de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da Contratada, incidirá correção monetária sobre o valor devido com base no índice IPCA, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

7.33. A não apresentação das condições e comprovações constantes nesta cláusula, assegura à Câmara Municipal de Itanhaém o direito de sustar o respectivo pagamento, sem a incidência de juros e correções monetárias.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme a Lei nº 14.133/2021.

8.2. Os critérios de seleção da proposta serão:

8.2.1. O menor preço unitário será o critério principal de seleção, desde que a proposta atenda a todas as especificações técnicas e requisitos estabelecidos neste TR.

8.2.2. Análise da conformidade dos equipamentos com as especificações mínimas exigidas, bem como a apresentação de catálogo do fabricante ou folha de especificações técnicas.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza:



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

### Habilitação jurídica

- 8.4. Sociedade limitada unipessoal: contrato social em vigor e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial, ainda que conste no registro como empresa individual de responsabilidade limitada.
- 8.5. Sociedades por ações e sociedades limitadas que assumirem feição empresarial: ato constitutivo registrado na Junta Comercial, acompanhado, quando for o caso, de ata de eleição de diretoria ou outro meio de comprovação de outorga de poderes de administração.
- 8.6. Sociedade simples, inclusive sociedades limitadas com essa natureza e sociedades cooperativas, bem como associações e fundações: ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado, quando for o caso, de ata de eleição de diretoria ou outro meio de comprovação de outorga de poderes de administração.
- 8.7. Empresário Individual: ficha de empresário individual registrado na Junta Comercial.
- 8.8. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.9. Sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedida pelo órgão competente.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.10. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 8.11. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal ou distrital, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.12. Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União.
- 8.13. Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado do domicílio ou da sede da licitante.
- 8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede da licitante relativamente aos tributos mobiliários.
- 8.15. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF.
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.17. Certidão negativa de falência ou recuperação Judicial expedida pelo distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica.
- 8.18. Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

### Qualificação Técnica

- 8.19. Comprovação de aptidão para o fornecimento de produtos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.19.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:
- I) Características: fornecimento de equipamentos que apresentam similaridade ao objeto licitado;
- II) Quantidades: no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado.
- 8.19.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.19.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 8.19.4. O fornecedor obriga-se a disponibilizar toda a documentação necessária para comprovação da legitimidade dos atestados, incluindo, mas não se limitando a:
- a) Cópia do contrato que embasou a contratação;
- b) Nota(s) fiscal(is) correspondente(s);
- c) Demais documentos que forem eventualmente requeridos para validação.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**9.1.** Os custos estimados foram estipulados levando em consideração os preços praticados no mercado, consoante as regras estabelecidas no art. 23 da Lei Federal Nº 14.133/2021, assim como as previsões contidas no art. 27 da Resolução da Câmara Municipal de Itanhaém Nº 511/2024, que regulamenta as normas e procedimentos atinentes à pesquisa, através do Departamento de Patrimônio e Suprimentos.

**9.2.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 74.084,00 (Setenta e quatro mil e oitenta e quatro reais), conforme custos unitários na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<b>CADEIRA DE ESCRITÓRIO ERGONÔMICA, COM BRAÇO 3D E ASSENTO DESLIZANTE, COR: PRETA.</b> <b>Descrição/Especificações</b> <b>Técnicas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia total de no mínimo 12 (doze) meses (Defeitos de fabricação ou vícios ocultos durante o uso normal, mecanismos de ajuste, pistão a gás, base, rodízios e estrutura da cadeira);</li> <li>• Cor: 100% Preta;</li> <li>• Material do Revestimento</li> </ul>	50	UN	R\$ 1.481,68	R\$ 74.084,00



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

	<p>(encosto e assento):  Tela Mesh Premium;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulagem do encosto da cabeça: 2D - Altura e Inclinação Ajustáveis;</li> <li>• Com Sistema Relax;</li> <li>• Função Balanço: 10°;</li> <li>• Sistema de reclinação com trava em posição inclinada (4 posições);</li> <li>• Com Regulagem da Intensidade de Inclinação;</li> <li>• Ângulo Máximo de Reclinação: 128°;</li> <li>• Ajuste de Profundidade do Assento:  Profundidade Ajustável em 5 cm (assento deslizante);</li> <li>• Tipo do Encosto: Inteiro/Alto;</li> <li>• Ajuste de Altura do Encosto: Ajustável em 5 Posições, 5 cm;</li> <li>• Suporte Lombar:</li> </ul>				
--	---	--	--	--	--



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

	<p>Suporte de Lombar  1D - Ajuste de Altura;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revestimento do Apoio de Braço: Soft Ergo;</li> <li>• Sistema de Ajuste dos Braços: 3D - Altura, Profundidade e Rotação Ajustáveis;</li> <li>• Pistão: Pistão à Gás Classe 4 TÜV LGA BIFMA;</li> <li>• Material da Base: Aço ou Nylon (plástico reforçado);</li> <li>• Material das Rodas: Nylon 60mm Especial, Anti-risco;</li> <li>• Peso Suportado: capacidade de 130 a 150 kg;</li> <li>• Desmontada e de Fácil Montagem;</li> <li>• Altura máxima do apoio de braços ao assento: 26 cm;</li> <li>• Altura mínima do apoio de braços ao assento: 19 cm;</li> </ul>				
--	--	--	--	--	--



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Largura do apoio de braços: 10 cm;</li> <li>• Comprimento do braço: 24 cm;</li> <li>• Espessura do estofamento do apoio de braços: 1 cm;</li> <li>• Altura do Encosto: Mínima: 60 cm - Máxima: 65 cm + 19 cm do apoio de cabeça;</li> <li>• Largura Superior do Encosto: 35 cm;</li> <li>• Largura Inferior do encosto: 45 cm;</li> <li>• Largura do encosto na altura do apoio de braço: 44 cm;</li> <li>• Altura mínima do assento em relação ao solo: 52 cm;</li> <li>• Altura máxima do assento em relação ao solo: 60 cm;</li> <li>• Largura do assento: 52 cm;</li> <li>• Profundidade do assento: 50 cm;</li> </ul>			
--	---	--	--	--



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comprimento do Raio da Base: 36 cm;</li> </ul> <p>Certificações: Os equipamentos devem possuir as certificações necessárias que atestem sua qualidade e segurança, conforme as normas técnicas brasileiras e internacionais aplicáveis, em conformidade com NR-17 e normas da ABNT para mobiliário corporativo.</p>					
--	--	--	--	--	--	--

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes deste pregão correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, e futuras se necessário: 4490-52 –EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

1.1. A presente contratação tem como objetivo atender à necessidade de aquisição de cadeiras



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

ergonômicas para uso nos setores administrativos deste órgão público, visando garantir condições adequadas de trabalho aos servidores, colaboradores e demais usuários das estações de trabalho.

**1.2.** Atualmente, verificou-se que grande parte das cadeiras em uso encontra-se em estado de desgaste avançado, apresentando defeitos estruturais, ausência de regulagens essenciais, estofamento danificado e mecanismos de ajuste inoperantes. Essa situação compromete a ergonomia, a segurança e o conforto dos usuários, resultando em riscos de acidentes, aumento de queixas de dores musculoesqueléticas e potencial redução da produtividade laboral.

**1.3.** Laudos internos, solicitações dos setores e inspeções de segurança do trabalho apontaram que muitas cadeiras não atendem às exigências da Norma Regulamentadora NR-17, que estabelece parâmetros para a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores. A inadequação do mobiliário pode ocasionar problemas de saúde relacionados ao trabalho, como distúrbios osteomusculares, fadiga e desconforto postural, além de impactar negativamente o desempenho das atividades administrativas.

**1.4.** Considerando que as atividades desempenhadas pelos servidores envolvem longos períodos em posição sentada e uso constante de equipamentos de informática, torna-se imprescindível disponibilizar mobiliário adequado que permita ajuste ao biotipo de cada usuário, contribuindo para a prevenção de doenças ocupacionais e a promoção de um ambiente de trabalho seguro, salubre e eficiente.

**1.5.** Nesse contexto, a aquisição de cadeiras ergonômicas é necessária para:

- a) Substituir mobiliário danificado, obsoleto ou inadequado;
- b) Cumprir os requisitos da NR-17 e demais normas de segurança e saúde no trabalho;
- c) Reduzir riscos de adoecimento ocupacional e afastamentos por problemas musculoesqueléticos;
- d) Assegurar o conforto e a segurança dos usuários das estações de trabalho;
- e) Elevar a produtividade e a qualidade das atividades desempenhadas;
- f) Uniformizar e modernizar o mobiliário administrativo do órgão.

**1.6.** Diante do exposto, evidencia-se que a contratação é indispensável para garantir condições adequadas de trabalho, preservar a saúde dos servidores e promover maior eficiência no desempenho das funções institucionais, justificando plenamente a necessidade da aquisição das cadeiras ergonômicas.



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**1. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

1.1. O Plano de Contratações para o Exercício 2025 não foi elaborado.

**2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação deverá atender a requisitos técnicos, funcionais, legais e de desempenho necessários para garantir que as cadeiras ergonômicas adquiridas proporcionem segurança, conforto e conformidade com as normas vigentes. Os requisitos a seguir orientam a elaboração do Termo de Referência e asseguram que a solução contratada seja adequada às necessidades institucionais.

**2.1.1. Requisitos Técnicos e Funcionais**

2.1.1.1. As cadeiras ergonômicas a serem adquiridas devem atender, no mínimo, às seguintes características:

2.1.1.1.1. Conformidade com a NR-17 – Atendimento aos parâmetros de ergonomia estabelecidos pela norma, incluindo ajuste às características antropométricas dos usuários;

2.1.1.1.2. Altura regulável – Assento com ajuste de altura por meio de pistão a gás de elevação;

2.1.1.1.3. Encosto ajustável – Regulagem de inclinação e altura do encosto, possibilitando apoio adequado à região lombar;

2.1.1.1.4. Assento anatômico – O assento deve ser fabricado com estrutura resistente e revestido em tecido mesh premium (tela) de alta performance, garantindo ventilação, conforto térmico, durabilidade e adequada distribuição de peso, conforme princípios ergonômicos estabelecidos pela NR-17 e normas da ABNT para mobiliário corporativo, com estrutura interna em polipropileno/nylon reforçado, garantindo resistência mecânica, com desenho anatômico para favorecer postura adequada e conforto prolongado e com borda frontal com perfil arredondado (waterfall) para evitar pressão nas pernas.

2.1.1.1.5. Apoio lombar – Suporte lombar regulável que proporcione postura adequada;



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

**2.1.1.1.6.** Braços ajustáveis – Os braços ajustáveis da cadeira ergonômica devem proporcionar suporte adequado aos antebraços e membros superiores durante atividades administrativas, garantindo conforto, ergonomia e prevenção de riscos à saúde, conforme diretrizes da NR-17 (Ergonomia). Estrutura fabricada em polipropileno/nylon de alta resistência, com acabamento uniforme e sem rebarbas. Superfície do apoio com revestimento macio, texturizado ou em PU (poliuretano), resistente ao desgaste e confortável ao toque. Bordas arredondadas para evitar pressão excessiva no antebraço; Ajuste de profundidade (2D/3D): deslocamento do apoio para frente ou para trás, adaptando-se a diferentes tamanhos de braço; Ajuste lateral (3D): possibilidade de mover para dentro/para fora, permitindo melhor alinhamento aos ombros; Altura ajustável para permitir que o usuário mantenha antebraços apoiados, braços relaxados e punhos alinhados; Sistema de regulagem deve ser acessível, silencioso e de fácil acionamento, sem exigir força excessiva; A superfície deve ser antiderrapante, confortável e adequada para uso prolongado;

**2.1.1.1.7.** Mecanismo de reclinação – Sistema de inclinação com ajuste de tensão e trava;

**2.1.1.1.8.** Rodízios de alta resistência – Rodas adequadas para piso cerâmico, com giro suave e seguro (anti-riscos);

**2.1.1.1.9.** Base estável – Base de cinco hastas, confeccionada em material resistente (aço ou nylón reforçado);

**2.1.1.1.10.** Capacidade de carga – Suporte mínimo de 130 kg;

**2.1.1.1.11.** Revestimento resistente – Material durável, impermeável ou de fácil limpeza, adequado a ambientes administrativos.

### 2.1.2. Requisitos de Segurança e Durabilidade

**2.1.2.1** Materiais que atendam a normas técnicas brasileiras (ABNT) ou internacionais aplicáveis;

**2.1.2.2** Estrutura construída com materiais de alta resistência (aço, poliuretano, nylón reforçado);

**2.1.2.3** Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.

### 2.1.3. Requisitos de Manutenção e Assistência Técnica



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

- 2.1.3.1.** Disponibilidade de assistência técnica autorizada no território nacional;
- 2.1.3.2.** Oferta de peças de reposição, incluindo pistão, rodízios, braços, estofamento e mecanismos de ajuste.

**2.1.4. Requisitos Ambientais e de Sustentabilidade**

- 2.1.4.1.** Preferência por materiais recicláveis e processos de fabricação sustentáveis;
- 2.1.4.2.** Embalagens que minimizem o uso de plástico e permitam descarte ambiental adequado.

**2.1.5. Requisitos Administrativos**

- 2.1.5.1.** Atendimento às exigências da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- 2.1.5.2.** Entrega no prazo estipulado, acompanhada de nota fiscal e termo de garantia;
- 2.1.5.3.** Fornecimento de manual de uso e instruções de regulagem;
- 2.1.5.4.** Atendimento às condições de recebimento provisório e definitivo do objeto.

**2.1.6. Requisitos de Desempenho**

- 2.1.6.1** Conforto e ergonomia adequados ao uso contínuo em jornada de trabalho administrativa;
- 2.1.6.2** Estabilidade, mobilidade e resistência durante a operação;
- 2.1.6.3** Durabilidade compatível com o uso diário em ambientes públicos.

**3. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

**3.1.** As quantidades estimadas para a contratação para fornecimento de cadeiras ergonômicas são as seguintes, conforme detalhado no Documento de Formalização da Demanda (DFD):

ITEM	QUANT.	UNID.	CATMAT	DESCRIÇÃO
1	50	UN	207100	<b>CADEIRA DE ESCRITÓRIO ERGONÔMICA, COM BRAÇO 3D E ASSENTO DESLIZANTE, COR: PRETA.</b> <b>Descrição/Especificações Técnicas:</b>



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia total de no mínimo 12 (doze) meses (Defeitos de fabricação ou vícios ocultos durante o uso normal, mecanismos de ajuste, pistão a gás, base, rodízios e estrutura da cadeira);</li> <li>• Cor: 100% Preta;</li> <li>• Material do Revestimento (encosto e assento): Tela Mesh Premium;</li> <li>• Regulagem do encosto da cabeça: 2D - Altura e Inclinação Ajustáveis;</li> <li>• Com Sistema Relax;</li> <li>• Função Balanço: 10°;</li> <li>• Sistema de reclinação com trava em posição inclinada (4 posições);</li> <li>• Com Regulagem da Intensidade de Inclinação;</li> <li>• Ângulo Máximo de Reclinação: 128°;</li> <li>• Ajuste de Profundidade do Assento: Profundidade Ajustável em 5 cm (assento deslizante);</li> <li>• Tipo do Encosto: Inteiro/Alto;</li> <li>• Ajuste de Altura do Encosto: Ajustável em 5 Posições, 5 cm;</li> <li>• Suporte Lombar: Suporte de Lombar 1D - Ajuste de Altura;</li> <li>• Revestimento do Apoio de Braço: Soft Ergo;</li> <li>• Sistema de Ajuste dos Braços: 3D - Altura, Profundidade e Rotação Ajustáveis;</li> <li>• Pistão: Pistão à Gás Classe 4 TÜV LGA BIFMA;</li> <li>• Material da Base: Aço ou Nylon (plástico reforçado);</li> </ul>
--	--	--	--	---



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Material das Rodas: Nylon 60mm Especial, Anti-risco;</li> <li>• Peso Suportado: capacidade de 130 a 150 kg;</li> <li>• Desmontada e de Fácil Montagem;</li> <li>• Altura máxima do apoio de braços ao assento: 26 cm;</li> <li>• Altura mínima do apoio de braços ao assento: 19 cm;</li> <li>• Largura do apoio de braços: 10 cm;</li> <li>• Comprimento do braço: 24 cm;</li> <li>• Espessura do estofamento do apoio de braços: 1 cm;</li> <li>• Altura do Encosto: Mínima: 60 cm - Máxima: 65 cm + 19 cm do apoio de cabeça;</li> <li>• Largura Superior do Encosto: 35 cm;</li> <li>• Largura Inferior do encosto: 45 cm;</li> <li>• Largura do encosto na altura do apoio de braço: 44 cm;</li> <li>• Altura mínima do assento em relação ao solo: 52 cm;</li> <li>• Altura máxima do assento em relação ao solo: 60 cm;</li> <li>• Largura do assento: 52 cm;</li> <li>• Profundidade do assento: 50 cm;</li> <li>• Comprimento do Raio da Base: 36 cm;</li> <li>• Certificações: Os equipamentos devem possuir as certificações necessárias que atestem sua qualidade e segurança, conforme as normas técnicas brasileiras e internacionais aplicáveis, em</li> </ul>
--	--	--	--



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

				conformidade com NR-17 e normas da ABNT para mobiliário corporativo.
--	--	--	--	--

**4. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**4.1.** O levantamento de mercado é etapa essencial para identificação das soluções disponíveis, análise de preços praticados e compreensão das especificações técnicas usualmente ofertadas por fornecedores do setor de mobiliário corporativo. Para este estudo, foram consultados fornecedores especializados, fabricantes nacionais, distribuidores e plataformas de compras públicas, de modo a verificar a disponibilidade de cadeiras ergonômicas compatíveis com as necessidades deste órgão público.

**4.1.1. Metodologia da Pesquisa**

**4.1.1.1.** A pesquisa de mercado foi conduzida por meio de:

- Consulta a sites de fabricantes e fornecedores de mobiliário corporativo;
- Cotação em plataformas de comércio eletrônico especializadas e marketplaces institucionais;
- Análise de contratos anteriores e pregões realizados por outros órgãos públicos em bases como Compras.gov.br;
- Verificação de catálogos técnicos e especificações disponibilizadas pelos principais fabricantes.

**4.1.2. Resultado do Levantamento**

**4.1.2.1.** A pesquisa indicou que o mercado nacional dispõe de ampla oferta de cadeiras ergonômicas voltadas para uso administrativo, atendendo a diferentes faixas de preço e níveis de ergonomia. Observou-se que os produtos disponíveis possuem, em sua maioria:

- Mecanismo de regulagem de altura do assento por pistão a gás;
- Sistema de reclinação com ajuste de tensão;
- Encosto com apoio lombar fixo ou regulável;



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

- Assento anatômico com espuma de densidade adequada ou revestidas em tela mesh (revestimento de tela de malha porosa e vazada, geralmente feita de fios entrelaçados (como poliéster ou, em alguns casos, até fios de aço), que permite a circulação de ar);
- Braços com regulagem de altura;
- Base com cinco rodízios de alta resistência;
- Revestimento em tecido, couro sintético ou tela mesh;
- Garantia variando entre 12 e 36 meses, dependendo do fabricante.

### 4.1.3. Disponibilidade de Fornecedores

**4.1.3.1.** O mercado conta com ampla oferta de fornecedores com capacidade para entrega em larga escala, incluindo:

- Fabricantes nacionais com rede autorizada;
- Distribuidores regionais com disponibilidade imediata;
- Representantes comerciais especializados em mobiliário corporativo;
- Empresas com experiência em fornecimento para Administração Pública.

**4.1.3.2.** A concorrência entre fornecedores é significativa, o que favorece a competição e possibilidade de obtenção de preços vantajosos por meio de processo licitatório.

### 4.1.4. Considerações do Levantamento

**4.1.4.1.** O estudo demonstrou que:

- Há ampla disponibilidade de cadeiras ergonômicas que atendem aos requisitos mínimos da NR-17;
- O mercado oferece produtos com diferentes níveis de qualidade e desempenho, permitindo adequação ao orçamento do órgão;
- Os preços praticados são consistentes e comparáveis entre diversos fornecedores;
- Existe oferta suficiente para garantir disputa competitiva durante a licitação;
- A aquisição é plenamente viável no mercado nacional, sem necessidade de soluções personalizadas.

## 5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**5.1.** A estimativa de preços será realizada com base em pesquisa de mercado. Serão consideradas as tabelas de preços de contratações similares da administração pública, dados de compras anteriores e valores praticados no mercado privado. A estimativa de preços será detalhada no Termo de Referência (TR).

**6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**6.1.** A solução deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

**6.1.1. ITEM 1 – CADEIRA DE ESCRITÓRIO ERGONÔMICA, COM BRAÇO 3D E ASSENTO DESLIZANTE, COR: PRETA.**

**6.1.1.1. Descrição/Especificações Técnicas:**

- Garantia total de no mínimo 12 (doze) meses (Defeitos de fabricação ou vícios ocultos durante o uso normal, mecanismos de ajuste, pistão a gás, base, rodízios e estrutura da cadeira);
- Cor: 100% Preta;
- Material do Revestimento (encosto e assento): Tela Mesh Premium;
- Regulagem do encosto da cabeça: 2D - Altura e Inclinação Ajustáveis;
- Com Sistema Relax;
- Função Balanço: 10°;
- Sistema de reclinação com trava em posição inclinada (4 posições);
- Com Regulagem da Intensidade de Inclinação;
- Ângulo Máximo de Reclinação: 128°;
- Ajuste de Profundidade do Assento: Profundidade Ajustável em 5 cm (assento deslizante);
- Tipo do Encosto: Inteiro/Alto;
- Ajuste de Altura do Encosto: Ajustável em 5 Posições, 5 cm;
- Suporte Lombar: Suporte de Lombar 1D - Ajuste de Altura;
- Revestimento do Apoio de Braço: Soft Ergo;
- Sistema de Ajuste dos Braços: 3D - Altura, Profundidade e Rotação Ajustáveis;
- Pistão: Pistão à Gás Classe 4 TÜV LGA BIFMA;



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

- Material da Base: Aço ou Nylon (plástico reforçado);
- Material das Rodas: Nylon 60mm Especial, Anti-risco;
- Peso Suportado: capacidade de 130 a 150 kg;
- Desmontada e de Fácil Montagem;
- Altura máxima do apoio de braços ao assento: 26 cm;
- Altura mínima do apoio de braços ao assento: 19 cm;
- Largura do apoio de braços: 10 cm;
- Comprimento do braço: 24 cm;
- Espessura do estofamento do apoio de braços: 1 cm;
- Altura do Encosto: Mínima: 60 cm - Máxima: 65 cm + 19 cm do apoio de cabeça;
- Largura Superior do Encosto: 35 cm;
- Largura Inferior do encosto: 45 cm;
- Largura do encosto na altura do apoio de braço: 44 cm;
- Altura mínima do assento em relação ao solo: 52 cm;
- Altura máxima do assento em relação ao solo: 60 cm;
- Largura do assento: 52 cm;
- Profundidade do assento: 50 cm;
- Comprimento do Raio da Base: 36 cm;
- Certificações: Os equipamentos devem possuir as certificações necessárias que atestem sua qualidade e segurança, conforme as normas técnicas brasileiras e internacionais aplicáveis, em conformidade com NR-17 e normas da ABNT para mobiliário corporativo.

### 7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A análise sobre o parcelamento da contratação observa os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles relativos à economicidade, eficiência, competitividade e rationalidade administrativa. O objetivo é avaliar se a divisão do objeto em partes distintas favorece a competição e resulta em melhores condições para a Administração Pública, sem comprometer a padronização ou a funcionalidade do objeto.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

### 7.1.1. Justificativa para o Não Parcelamento

7.1.1.1. Considerando as análises acima, a contratação não deverá ser parcelada, justificando-se pelos seguintes motivos:

- Padronização técnica: a uniformidade das cadeiras é essencial para garantir conformidade ergonômica, estética e funcional, especialmente em ambientes de uso intensivo como setores administrativos.
- Eficiência logística: a aquisição em lote único simplifica processos de entrega, recebimento, conferência, garantia e manutenção.
- Economia de escala: compras em maior quantidade tendem a resultar em preços unitários menores, favorecendo a economicidade.
- Adequação ao mercado fornecedor: as empresas do setor possuem estrutura compatível para fornecimento integral do quantitativo demandado.

7.1.2. Diante do exposto, o não parcelamento da contratação é a solução que melhor atende aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e segurança, garantindo a entrega de uma solução completa e integrada para a Câmara Municipal, ao mesmo tempo em que otimiza o uso dos recursos públicos.

## 8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

8.1. A aquisição de cadeiras ergonômicas tem potencial de gerar benefícios diretos e indiretos à Administração Pública, refletindo em economia de recursos financeiros, redução de custos com saúde ocupacional, melhoria das condições de trabalho e aumento da produtividade. Os resultados pretendidos com a contratação fundamentam-se nos princípios da economicidade, eficiência, gestão responsável de recursos e promoção de condições adequadas aos servidores.

### 8.1.1. Economicidade e Racionalização dos Gastos

8.1.1.1. A substituição de cadeiras antigas e inadequadas contribui diretamente para a redução de despesas com manutenção corretiva e aquisição emergencial de mobiliário. Espera-se:



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

- Redução de gastos com reparos em cadeiras deterioradas, cuja manutenção se torna progressivamente mais onerosa;
- Aumento da vida útil do mobiliário por meio da aquisição de produtos resistentes, duráveis e com garantia, evitando substituições frequentes;
- Melhor relação custo-benefício, considerando que cadeiras ergonômicas adequadas reduzem afastamentos por problemas osteomusculares, diminuindo despesas com substituições temporárias e licenças médicas;
- Economia de escala decorrente da compra em lote único, possibilitando preços unitários mais competitivos no processo licitatório.

### 8.1.2. Melhoria do Aproveitamento dos Recursos Humanos

**8.1.2.1.** A ergonomia adequada influencia diretamente o desempenho do servidor, contribuindo para um ambiente de trabalho mais confortável e menos propenso a fadiga ou dores posturais. Assim, a aquisição de cadeiras ergonômicas possibilitará:

- Redução de afastamentos por doenças ocupacionais, especialmente aquelas associadas à postura inadequada e distúrbios musculoesqueléticos;
- Diminuição do tempo de improdutividade devido a desconforto físico, permitindo maior concentração e eficiência nas atividades;
- Melhoria da qualidade do trabalho, com aumento da produtividade e desempenho geral das equipes;
- Promoção de bem-estar e satisfação no ambiente laboral, fatores que influenciam diretamente na motivação e comprometimento dos servidores.

### 8.1.3. Otimização dos Recursos Materiais

**8.1.3.1.** A atualização do mobiliário contribui para:

- Padronização dos ambientes administrativos, facilitando a gestão de ativos e reposição de peças;
- Racionalização do estoque de materiais, reduzindo a necessidade de múltiplos tipos de peças e componentes de reposição;



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

- Melhor distribuição dos recursos físicos, substituindo itens obsoletos por equipamentos com maior durabilidade e adequação técnica.

### 8.1.4. Aproveitamento dos Recursos Financeiros Disponíveis

**8.1.4.1.** Ao priorizar a aquisição planejada e devidamente justificada, evita-se a necessidade de compras emergenciais ou de pequeno vulto, que geralmente resultam em maiores custos. A contratação planejada proporciona:

- Previsibilidade orçamentária, alinhada ao planejamento anual de compras;
- Garantia de melhor aplicação dos recursos públicos, com processo licitatório competitivo e transparente;
- Maximização da eficiência financeira, ao utilizar recursos disponíveis em investimento duradouro e essencial ao funcionamento administrativo.

### 8.1.5. Resultados Institucionais Esperados

**8.1.5.1.** Com a aquisição, espera-se alcançar:

- Melhoria geral das condições de trabalho no órgão;
- Redução de riscos ocupacionais e cumprimento de normas reguladoras;
- Incremento da produtividade e da prestação dos serviços públicos;
- Redução das despesas totais relacionadas a mobiliário e saúde ocupacional ao longo do tempo.

## 9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

**9.1.** Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

**10.1.** Não há correlação com outras contratações.



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**11. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

**11.1.** Nesta contratação não existem possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

**12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

**12.1.** Após a análise dos elementos que compõem este Estudo Técnico Preliminar — incluindo a definição da necessidade, levantamento de mercado, requisitos técnicos, avaliação de economicidade e demais aspectos relacionados — conclui-se que a contratação para aquisição de cadeiras ergonômicas é plenamente adequada, necessária e justificada para atender às demandas deste órgão público.

**12.2.** A substituição e atualização do mobiliário administrativo, especialmente das cadeiras utilizadas em postos de trabalho contínuo, revela-se indispensável diante do desgaste físico dos equipamentos atualmente em uso, da ausência de conformidade com os preceitos da NR-17 e do impacto negativo que tal situação acarreta à saúde, segurança, conforto e produtividade dos servidores.

**12.3.** O levantamento de mercado demonstrou ampla disponibilidade de fornecedores, diversidade de modelos compatíveis com os requisitos ergonômicos exigidos e preços compatíveis com o orçamento público, assegurando viabilidade técnica e econômica. Os resultados esperados, como a redução de afastamentos, o aumento da eficiência laboral e a diminuição de gastos com manutenção corretiva, reforçam a racionalidade e o impacto positivo da contratação.

**12.4.** Do ponto de vista técnico, financeiro e administrativo, observa-se que:

- A solução atende plenamente à necessidade identificada;
- Há compatibilidade entre os requisitos estabelecidos e a capacidade de oferta do mercado;
- O investimento contribui para a melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos serviços prestados;



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

### ESTADO DE SÃO PAULO

- A contratação favorece a economicidade, o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a segurança ocupacional;
- Não foram identificadas alternativas mais vantajosas ou eficazes, considerando-se o contexto e as finalidades do órgão.

**12.5.** Diante disso, conclui-se que a contratação é adequada, viável e recomendada, devendo ser formalizada por meio do processo licitatório pertinente, conforme legislação vigente, para atendimento eficiente e seguro da necessidade institucional.

#### ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

##### DADOS DO LICITANTE



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

<b>Licitante (Razão Social)</b>					
<b>CNPJ</b>					
<b>Endereço</b>					
<b>Fone</b>			<b>Email</b>		
<b>Banco</b>		<b>Agência</b>		<b>Conta</b>	
<b>Representante Legal/ Procurador</b>					
<b>RG</b>			<b>CPF</b>		

Declaro ter ciência e aceitar todas as exigências do Edital do Pregão Eletrônico nº90006/2025 e Anexos em referência, bem como todas as condições de execução do objeto, propondo sua execução pelos seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				R\$	R\$

Declaro, igualmente, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.

Por fim, informo que a validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias.

Local e Data

(Assinatura eletrônica pelo responsável da empresa)

**ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

(Processo Administrativo nº.....)



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A CÂ-  
MARA MUNICIPAL DE ITANHAÉM E  
.....

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHAÉM, com sede no(a) .....  
....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ..... , neste ato representado(a) pelo(a) seu Presidente, Sr.<sup>o</sup> ....., adiante designada simplesmente CONTRATANTE, e o(a) ..... , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... , sediado(a) na ..... , em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico n. ...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021](#))**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ..... , nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... (contados do(a) ..... , na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#))



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual*

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021](#))**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV art. 92, V da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021](#))**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, conforme o [art. 123 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias uteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias uteis.
- 8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.](#)
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato, gestor de contratos ou autoridade superior ([art. 137, II da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao Gestor de Contratos, quando solicitado, os seguintes documentos:

- I) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- II) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- III) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- IV) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- V) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz,



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Contratante deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- 12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a execução do contrato;
- 12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Termo de Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a **Erro! Fonte d e referência não encontrada.**
- c) Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de Itanhaém, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 12.1.4 deste Termo de Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.5 a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. A aplicação das sanções previstas nesta contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

12.8.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.8.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.8.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.8.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

12.8.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. A intimação dos atos referentes a defesa prévia, aplicação de sanção e julgamento do recurso será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) da Contratada relacionado(s) no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) nele cadastrado, o(s) qual(is) deve(m) ser mantido(s) atualizado(s) para os fins a que se destina(m).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.1.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com servidores ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM

## ESTADO DE SÃO PAULO

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021](#))

14.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 4490-52 –EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da diretoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §2º, inciso IV, da Resolução da Câmara Municipal de Itanhaém n. 484, de 11 de janeiro de 2018.](#)

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO** ([art. 92, §1º da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itanhaém, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.](#)

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



**Presidente da Câmara Municipal de Estância Balneária de Itanhaém**

**CONTRATANTE**

**Representante legal do CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

1.	2.
Nome:	Nome:
RG:	RG:



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

